



Terça-feira • 17/04/2001 • Página B6

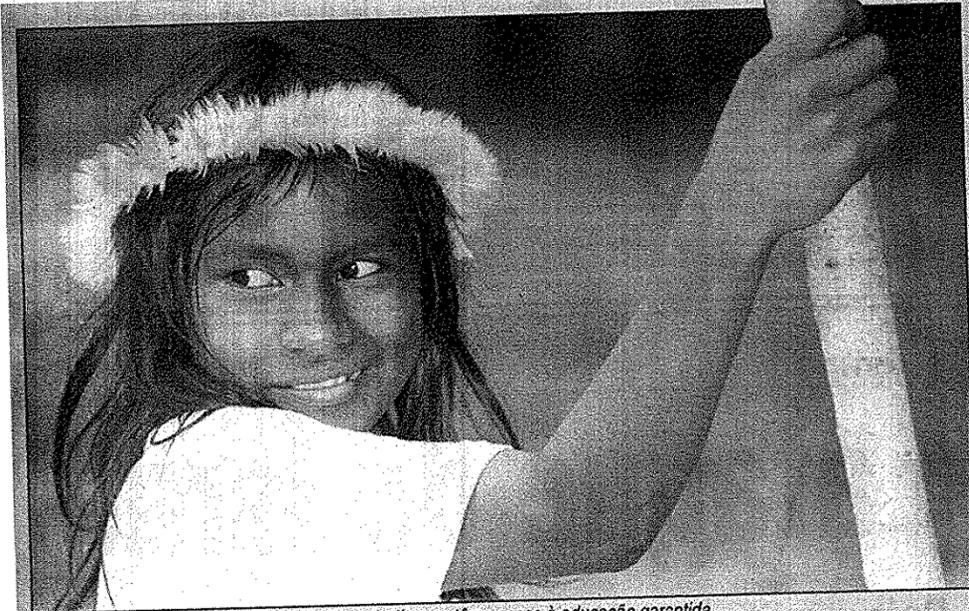
Educação

Amazonas em Tempo

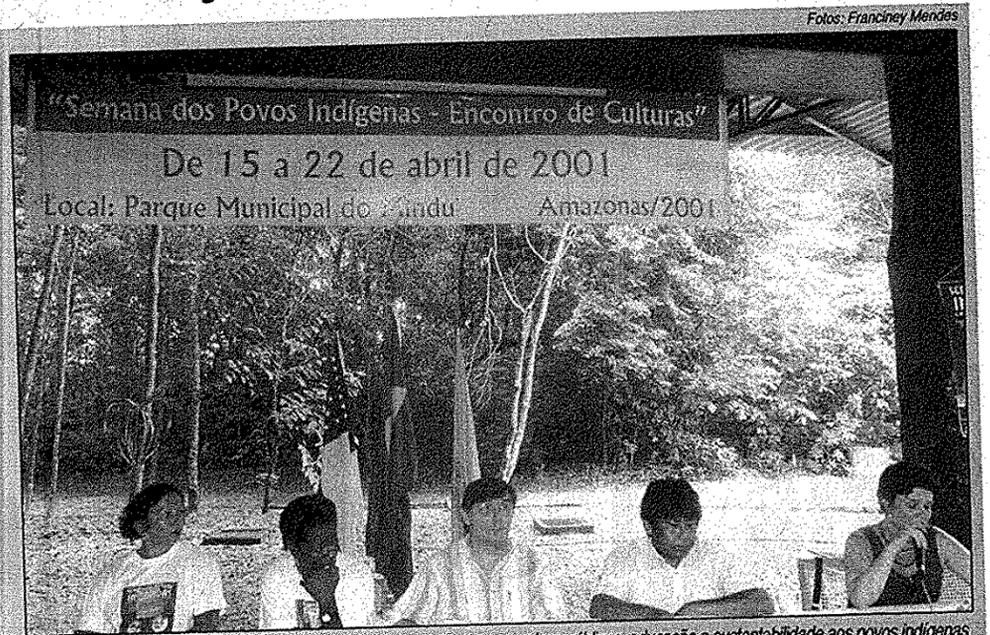
Índios terão acesso à pós-graduação

NO SEGUNDO SEMESTRE

Foi o que anunciou o professor Ademir Ramos, diretor do Departamento de Política Indigenista do Amazonas. Serão 400 vagas oferecidas



Crianças indígenas têm acesso à educação garantida



Ademir (ao centro): defende "ação orgânica" capaz de garantir a terra, serviços públicos, educação e sustentabilidade aos povos indígenas

Nely Pedrosa

Cursos de graduação para as comunidades indígenas do rio Solimões e pós-graduação "latu-sensu" para os da região do Alto Rio Negro, com 400 vagas, já no segundo semestre deste ano através da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e da Universidade do Amazonas (UA), respectivamente. São garantias anunciadas pelo diretor do Departamento de Política Indigenista do Estado, professor Ademir Ramos, ontem, no primeiro dia da Semana dos Povos Indígenas — Encontro de Culturas, que está sendo realizado no Parque do Mindu.

Ademir Ramos, que também é presidente do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena e foi um dos participantes da mesa-redonda "Educação Indígena — Realidade e Perspectiva no Amazonas", reconhece os avanços na educação indígena no Amazonas, citando números, como as 600 escolas indígenas hoje funcionando no Amazonas, os 776 professores (a maioria do ensino fundamental), o atendimento de 5ª a 8ª série, ensino médio e a evolução para a graduação e pós-graduação. Entretanto, ressalva: "são avanços isola-

dos e não em consonância com a política indigenista, quanto a legislação. São políticas unilaterais".

O diretor defende, portanto, uma "ação orgânica" capaz de garantir a terra, serviços públicos, educação e sustentabilidade. "Por isso, durante esta semana vamos discutir a demarcação das terras indígenas, a territorialidade das terras indígenas. Não basta só a legitimidade das terras indígenas. Temos que debater e condicionar os projetos de sustentabilidade", afirma.

Ademir Ramos diz ainda que junto com a Universidade do Amazonas, Coiáb (Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), comunidades indígenas, Comi (Conselho Indigenista Missionário), Funai (Fundação Nacional do Índio) irão refletir sobre todas as perspectivas para os povos indígenas e se organizar para sensibilizar políticos e Ministério da Justiça para a aprovação do Estatuto das Organizações Indígenas, há 10 anos engavetado pelo Governo Federal. "O que vemos hoje por parte do governo brasileiro é uma total omissão. Não existe estratégia para fazer valer o estatuto das comunidades indígenas. Os índios hoje, na realidade, são pos-

seiros da União e clandestinos. Estão a mercê do casuísmo brasileiro", afirmou.

Além da Resolução nº 11/2001, do Conselho Estadual de Educação, aprovada em 13 de fevereiro deste ano e que estabelece normas para a criação e funcionamento da escola indígena, autorização e reconhecimento de cursos no âmbito da educação básica no Estado do Amazonas, Ademir Ramos destaca como mais um dos avanços, a garantia, no novo regimento da Assembleia Legislativa do Estado (ALE), da criação da Comissão dos Direitos Indígenas, que será presidida pelo deputado Alfredo Almeida (PMDB). "O deputado será o interlocutor direto do movimento indígena do Amazonas", destacou Ramos, assegurando que as entidades representativas querem, na realidade, a reformulação dos parâmetros da política indigenista do Estado.

Uma das reformulações, na opinião de Ramos, deveria ocorrer no gerenciamento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que hoje chegam diretamente às prefeituras municipais, quando o responsável pela educação indígena é o governo estadual.

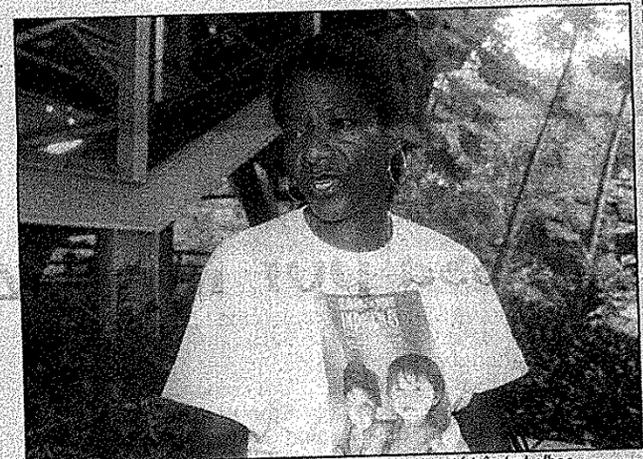
Trabalhos com temática indígena receberão prêmios

Uma das novidades anunciadas na Semana dos Povos Indígenas — Encontro de Culturas é o Concurso de Arte Yampinima (palavra de origem tupi que na língua nheengatú significa pintar, desenhar e escrever), lançado ontem com o tema "Povos Indígenas: Diversidade Cultural e Cidadania Brasileira", destinado aos estudantes da rede estadual, municipal e particular de ensino.

O concurso irá premiar trabalhos nas categorias música (composição), linguagem verbal (texto: prosa/verso), audiovisual (vídeo/documentário), cênicas (teatro/dança), artes visuais (fotografia, desenho, pintura e gravura).

Haverá premiação conforme a categoria: 1ª a 4ª, 5ª a 8ª e ensino médio. A coordenação estará recebendo os trabalhos até o dia 16 de junho, na Gerência de Educação Escolar Indígena da Seduc (Av. Perimetral D, nº 1.984, Japiim II). "Cada escola poderá inscrever até três trabalhos", explicava ontem a gerente de Educação Escolar Indígena, Arlene Bonfim.

O concurso visa proporcionar ao estudante oportunidade de manifestar seus dons artísticos refletindo e valorizando essas populações conforme



Arlene Bonfim: cada escola poderá inscrever até três trabalhos

suas especificidades. "Queremos também que as crianças não vejam o índio como 'um bicho do mato', ressalta, assegurando que as escolas podem buscar assessoria na Gerência de Educação Escolar Indígena da Seduc. "Iremos dar esclarecimentos, explicações, não sugerir temas", avisa.

Os trabalhos serão avaliados por uma comissão julgadora que selecionará os três melhores trabalhos por categoria, levando em consideração criatividade, adequação ao

tema, estética, interpretação, expressão verbal, cênica, visual e relevância social temática. A comissão se reunirá para julgamento dos trabalhos no dia 18/06, no Centro de Treinamento Padre Anchieta (Cepan/Japiim) e a divulgação do resultado será feita pelo secretário de Educação, Vicente Nogueira.

O primeiro colocado receberá prêmio no valor de R\$ 2.000,00, o segundo receberá R\$ 1.500,00 e o terceiro R\$ 500,00.

Terça-feira • 17/04/2001

Amazonas em Tempo

Geral • B7

PRESERVAÇÃO

Em vez de festas e comemorações, as organizações indígenas querem discutir a preservação de sua cultura na semana dos povos da floresta que está se realizando no Parque do Mindu

Márcia Daniella

Discutir o que vem sendo feito para preservar a cultura daqueles que são, por direito, os primeiros habitantes do Brasil. Este é o objetivo da "Semana dos Povos Indígenas- Encontro de Culturas" que entrou ontem no segundo dia de atividades no Parque do Mindu. O evento é o primeiro realizado através de uma parceria entre Governo do Estado, Prefeitura de Manaus, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coiab).

Segundo o administrador regional da Funai, Benedito Rangel Moraes, 45, a semana do índio é realizada desde 1944, quando o Marechal Rondon tomou a iniciativa de promovê-la. "Desde lá, todos os anos acontece um evento, mas, agora, ele deixou de ser comemorativo porque os próprios índios acham que não há motivos para tanta comemoração e passou a ser um momento de reflexão para que possamos mostrar para a sociedade um pouco da cultura e diversidade cultural dos povos indígenas", explicou.

Moraes acrescentou que nos anos anteriores a programação da semana do índio ficou restrita a palestras em colégios e exposições em entidades indígenas. Em 2001, a integração entre os órgãos promete ser o grande diferencial do evento. Na opinião do diretor do departamento de políticas indigenistas do Estado do Amazonas, José Ademir Ramos, 44, "esta semana é caracterizada pela mobilização entre entidades indígenas e organizações pró-índios. Todos se mobilizaram para fazer

Índios não querem festa



Exposições de artesanato indígenas e de fotografias que relatam a vida nas aldeias são o retrato fiel da cultura dos povos da floresta, que lutam contra o preconceito

este evento em conjunto, o que é importante para mostrar uma unidade de ações, respeitando a unidade de cada instituição

O vice-coordenador da Coiab e representante da etnia Mura, Cláudio Pereira Mura, 52, destacou que a participação da organização não governamental no evento tem o objetivo de apresentar a política de desenvolvimento que os índios vêm discutindo ao longo dos anos. "Estamos lutando por vários fatores, entre eles a conscientização dos indígenas, a demarcação da terra, educação diferenciada, saúde e preservação do meio ambiente. A Coiab tem uma linha de trabalho para o bem-estar dos povos indígenas e também de toda a sociedade".

Exposições

Na manhã de ontem, houve uma solenidade de abertura e em seguida os participantes

puderam visitar oito estandes com exposições de artesanatos indígenas e projetos educacionais e econômicos. Uma das atrações da semana do índio é a visita a uma maloca ticuna original, construída no Parque do Mindu, especialmente para o evento. Quem for ao Parque do Mindu, também pode visitar a exposição de fotos abordando a etnia Waimiri Atroari, de autoria do professor de Fotojornalismo da Universidade do Amazonas, Carlos Dias.

À tarde, aconteceu a mesa redonda sobre o tema "Educação Indígena-Realidade e Perspectiva no Amazonas" e o lançamento do concurso Yampinima, que na língua Nheengatu significa desenhar, escrever, pintar. O concurso será realizado através de uma parceria entre Coiab, Secretaria de Educação (Seduc) e Movimento dos Estudantes

Indígenas do Amazonas (MEIAM). "Esse concurso faz parte de um projeto maior com o mesmo nome. Vamos estar trabalhando a questão indígena com os alunos das escolas municipais, estaduais e particulares. Serão os não-índios apresentando um outro olhar para os índios, através da escrita, desenho e pintura", informou a gerente de educação escolar indígena do Amazonas, Arlene Bonfim, 40. O período de inscrição vai até 16 de junho na sede da Seduc e o tema é "Povos indígenas: diversidade cultural e cidadania brasileira".

A programação do evento continua hoje à tarde, às 15h, com uma mesa redonda sobre o tema "Geopolítica e Territorialidade" e às 17h30 ocorre o lançamento do livro "Povos indígenas no Brasil 1996/2000", de Carlos Alberto Ricardo.

Lutando contra o preconceito

Foto: Hudson Fonseca

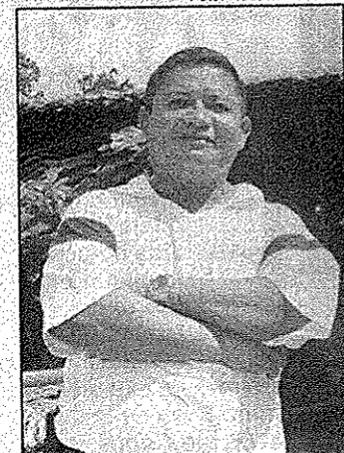
Um dos participantes do encontro, o representante da nação Piratapuaia, localizada no Alto Rio Negro, Benjamin Castro, 33, destacou questões fundamentais para melhoria da qualidade de vida do índio durante a abertura da Semana do Índio. Em entrevista ao *Em Tempo*, ele fala sobre saúde, educação, política e preconceito.

Em Tempo: Na sua opinião, como está sendo tratada a saúde dos índios?

Castro: Cada vez que nos entrosamos com a sociedade branca. Vemos como seria nossa situação de vida. As coisas estão mudando e sabemos que estamos fazendo isso. Nós, índios, reivindicamos através das associações as melhorias na saúde e isso está fazendo com que os governos municipal, estadual e federal reconheçam nossa luta. Lutamos pelo que pode ser o tratamento de saúde do índio nas comunidades no futuro. Estamos investindo pesado de acordo com nossa opinião. Estamos dizendo aos brancos como queremos ser tratados. Pouco a pouco, daqui há 5 anos vamos poder verificar como o governo melhorou a saúde do índio.

Em Tempo: O que o senhor pensa sobre a educação que os índios estão recebendo?

Castro: A educação também é um desafio muito grande para nós, porque o governo federal reconhece que os índios existem, mas nunca colocou estrutura para estudarmos. Por exemplo, os índios hoje em dia querem estudar e ter uma vida diferente, mas, ao mesmo tempo, a pressão dos brancos e a tecnologia avança em cima dos índios. Então não podemos esperar apenas pela Funai, temos que acompanhar esse processo. Inclusive há muitos estudantes que são indígenas mas estudaram no currículo do branco e por isso não podemos dizer que temos uma educação diferenciada. Estamos lutando por essa educação e queremos que o governo federal reconheça o currículo escolar indígena. Nós temos filhos e queremos colocá-los na escola,



Benjamin Castro: sociedade branca não reconhece a cultura do índio porque ainda existe muito preconceito

porém o governo não dá estrutura para isso e o índio tem que se aproximar dos municípios para garantir a educação dos filhos.

Em Tempo: A participação dos índios na política evoluiu?

Castro: A participação política do movimento indígena avançou muito. Hoje estamos tendo parcerias com os Ministérios da Educação, Saúde, Meio Ambiente e Justiça. Atualmente a Coiab é uma instituição indígena que atua como consultora dos órgãos públicos. Quando há conferências nacionais e internacionais, os índios estão presentes e falamos o que queremos. Não existe ninguém falando por nós, somos nós mesmos.

Em Tempo: E a questão da influência dos brancos e o preconceito? O senhor acha que houve melhorias?

Castro: Ainda somos influenciados e a sociedade branca ainda não reconhece a cultura do índio. Existe preconceito. O próprio governo não investe para que isso mude. Há índios que têm vergonha de dizer que são os índios, mas eles não são culpados, porque foi o próprio sistema que obrigou o índio a agir dessa forma. O sistema educacional não ensina sobre a cultura do índio nas escolas e é preciso investir nisso.